

Evangelizar o Capital de Risco

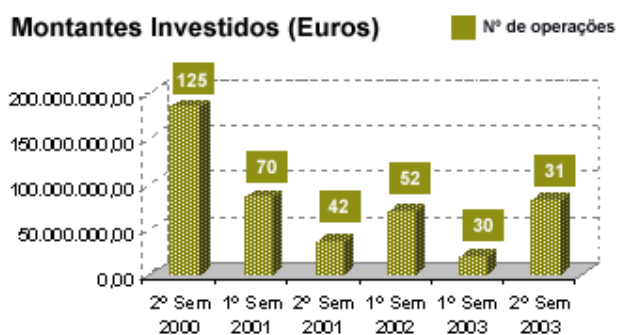


© PortalExecutivo

Pelo quinto ano consecutivo, o Encontro da Gesventure procurou debater o Capital de Risco (CR) em Portugal. Compreender o panorama nacional, demonstrar as vantagens do CR e promover o espírito empreendedor foram alguns dos objectivos traçados. Entre a panóplia de intervenções que marcou o evento, no dia 5 de Dezembro, na Culturgest, uma coisa ficou clara: portugueses e capital de risco ainda continuam de costas voltadas. E o que se faz com capital de risco fica aquém do que pode ser feito

POR ROGER MOR

»» Francisco Banha, promotor do Encontro, defende que a mobilização de capitais para a criação de riqueza e emprego, através da revitalização do tecido empresarial, impõe-se como uma prioridade. E o CR parece ter aqui um papel muito importante, visto que fomenta a constituição de empresas de cariz inovador e produtivo e reforça as empresas já existentes. Segundo Francisco Banha, importava debater a intervenção do Estado no CR, quais os sectores onde apostar e a importância do acesso ao financiamento via CR. Importava ainda perceber por que apenas “uma baixíssima percentagem de empresários aposta no CR”. Este facto levou Pedro Fernandes, jornalista da “Exame”, a dizer que em Portugal existe “uma aversão ao capital de risco”. E salienta que, apesar das críticas ao “excesso de intervenção do Estado na economia, ainda é o Estado que vai fazendo alguma coisa a nível de CR”.



Fonte: Gesventure

Luís Palha da Silva, CEO do grupo Jerónimo Martins, na sua intervenção sobre a reestruturação da sua empresa, aconselhou o Estado a terceirizar o apoio às empresas. Mira Amaral viria a defender, minutos mais tarde, que foram os próprios empresários, por questões de privacidade, que não quiseram que o CR fosse terceirizado. Como não há duas sem três, Amadeu Boleixa, do IAPMEI, viria a defender que “a terceirização já está a ser feita”. E que a tendência será cada vez mais a de alavancar fundos e depois deixar a gestão a cabo dos investidores.

Luís Palha da Silva aproveitou para fazer uma analogia entre o que se passou no grupo de distribuição e produção e o que o Estado deveria fazer. O grupo Jerónimo Martins tinha uma actividade muito diversificada e que se estendia por vários países. Teve então de optar entre manter ou reduzir o portfólio de activos. Já que manter traria problemas de gestão, o grupo optou por reduzir o portfólio de negócios a um número mínimo de activos, reduzindo-os de 15 para seis.

Os objectivos traçados eram claros, afirmou o responsável: concentrar recursos humanos, reduzir a dívida e manter uma elevada rentabilidade dos activos escolhidos. A reestruturação foi em frente e no início de

2003 o grupo apresentava já resultados positivos. E, à semelhança do grupo, “o Estado deveria reestruturar-se”, lançou Luís Palha da Silva.

No seu entender, o Estado deveria prescindir de algumas actividades, reduzir a dívida e os custos. “O papel do Estado é reestruturar-se”, declarou. Quanto ao CR, salienta que em Portugal ainda “há muita confusão” à volta do que é o capital de risco.

“Portugal não teve juízo”

Talvez a intervenção mais aguardada fosse a do ex-ministro Mira Amaral, a quem coube fazer uma análise da prospectiva da economia portuguesa. E, ao que parece, há boas notícias. “Há uma luz ao fundo do túnel: o relançamento económico deverá acontecer em 2004”, afirmou Mira Amaral. Mas alerta para alguns cuidados a ter. “O controlo da despesa pública tem de continuar, senão no próximo período de vacas magras estaremos mal”. O investimento público deverá ser seleccionado. De resto, esta foi uma ideia quase transversal a todo o Encontro: nem todo o investimento é bom, é preciso seleccioná-lo.

	Montante Total Desinvestimento (Euros)	Nº Operações
Caixa Capital	3.384.583,00	6
BPI Privete Equity	2.336.970,00	3
PME Investimentos	2.239.530,00	8
Fundo Turismo	1.249.501,00	2
Adamastor Capital	134.820,00	1
Total	9.345.404,00	20

Fonte: Gesventure

Para o vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, “Portugal não teve juízo quando entrou na zona euro”. Segundo afirmou, o País não conseguiu aproveitar as oportunidades que teve. Com as descidas da taxa de juro, um sem número de famílias portuguesas aproveitou para comprar casa, carro e fazer crédito para férias. Facto que leva Mira Amaral a declarar que “o euro fez mais pela habitação do que qualquer governo”. Na entrada para a zona euro, Portugal deveria ter seguido o exemplo de Espanha e ter posto “as finanças em ordem”. Veja-se que a Espanha, mesmo nos tempos que correm, continua a atrair investimento. O mesmo não se passa com Portugal, onde existe um excesso de despesa pública, um défice elevado e um défice de poupança. “As famílias deixaram de pôr o dinheiro na banca, dinheiro esse essencial para o crédito”, salientou. Mas, acrescentou, o endividamento da banca portuguesa não é significativo nem preocupante.

Mira Amaral adiantou que, devido ao excesso de despesa pública e ao défice, “não será por via do Governo que vamos sair desta crise”. Será, na sua opinião, a procura externa que trará a luz àquele túnel. “O Estado não pode gastar mais, os cidadãos muito menos. Apenas a procura externa nos pode safar”, sublinhou. E foi alertando que “a situação podia ser bem pior, caso a Espanha não tivesse tido juízo”. O orador referia-se ao significativo aumento das exportações para a Espanha e a Alemanha.

Quanto ao CR, Mira Amaral chamou a atenção para a necessidade de haver um sistema fiscal que não penalizasse os investidores. Adiantou que em Portugal “não há falta de investimento, mas de dinamismo”. Conforme acrescentou, “temos, sim, um problema de dimensão e diversificação de portfólio”. O conceito de CR já pressupõe a saída do investidor passado algum tempo. Tudo isto porque, no CR, “a questão não é saber como se entra, mas sim como se sai”, declarou o ex-ministro. É ainda preciso deixar de ver o CR como solidariedade social. “As pessoas têm de saber que todos estão lá para ganhar dinheiro”, sublinhou. Talvez por ter esta imagem pouco clara, o CR em Portugal ainda “está a jogar à defesa”, sugeriu.



Outro problema que, a seu ver, penaliza Portugal é a falta de imagem. “Já não é um problema tecnológico, porque tecnologia já dominamos, felizmente. Mas os americanos ainda vêem Portugal como um produtor de produtos de consumo corrente de baixa qualidade a um baixo preço”. Para Mira Amaral, Portugal tem de lutar para conseguir uma melhor imagem junto dos americanos, “porque quem conseguir impor-se na América está garantido”. Tempo ainda para criticar a “maneira arrogante com que a França e a Alemanha desprezaram o Pacto” e dizer, a propósito do alargamento da UE, que “sempre é melhor ser o mais pobre do clube dos ricos do que o mais rico do clube dos pobres”.

Cativar investidores internacionais

Francisco Banha deixou claro que o CR tem mercado em Portugal, mas apenas para as fases de expansão. Para o capital semente e para as start-ups, as coisas ainda estão muito negras. Alguns programas do Governo, tais como o NEST (Novas Empresas de Suporte Tecnológico) e o IDEIA (Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado), parecem não estar a ajudar muito e, segundo Francisco Banha, conseguiram realizar zero operações. Criticou ainda a morosidade de alguns processos e elogiou a criação do Fundo de Sindicação de Risco. Alertou para o facto de que “as sociedades de CR têm necessidade de se reestruturar”. Como, aliás, já defendera João Carvalho das Neves, professor catedrático do ISEG, quando afirmou que “o CR em Portugal evidencia sinais de crise e necessita de uma ruptura com a estratégia passada”.

Montantes Investidos por Estádio de Desenvolvimento



Fonte: Gesventure

E, para cativar mais investidores, nomeadamente internacionais, a chave pode estar mesmo nessa reestruturação. Patrício Santos, director da BNP Paribas, traçou o perfil dos investidores internacionais. Ficou a saber-se que os investidores olham cada vez mais para o projecto e não tanto para a sua localização. Ou seja, se Portugal não atrai mais investimento estrangeiro não é pela sua localização, mas pela natureza dos projectos. E se pensa atrair investidores internacionais para um projecto, saiba que estes preferem projectos simples e com possibilidade de crescimento. Tenha presente também que estes

investidores querem cada vez mais ter uma influência na estratégia da empresa, isto para conseguir gerir melhor a sua saída. Hoje em dia os investidores não olham para projectos com dimensão demasiado pequena, jamais fazem investimentos a qualquer preço, não querem participações minoritárias e fogem de reestruturações muito complexas.

Hoje em dia, o mercado português está longe de ser uma prioridade destes investidores. Pelo que quem quiser atrair estes estrangeiros com dinheiro terá de ir à luta. “Têm de ser os mentores dos projectos a procurar os investidores no estrangeiro”, afirmou Patrício Santos. E, quando o fizer, não se esqueça de seguir os conselhos dados. “Deverá escolher bem os investidores, antecipar os problemas e apresentar a maior transparência e fiabilidade possível na informação”, destacou. E nunca esqueça que estes investidores “são difíceis em termos de negociação”. Também Paulo Andrez, fundador da NovaBase, deixou algumas pistas para aprender a negociar com os “grandes”. Segundo aquele responsável, quando procurar um investidor nunca perca a autonomia comercial, coloque sempre tudo por escrito e evite as dependências em relação ao grupo com o qual quer negociar. Por outro lado, Paulo Andrez sugere a contratação não de um bom, mas de um óptimo advogado.

	Euros					
	2º Sem 2000	1º Sem 2001	2º Sem 2001	1º Sem 2002	2º Sem 2002	1º Sem 2003
Seed Capital	399.038	6.000	1.397.000	296.600	10.000	0
Startups	30.608.479	22.974.501	1.325.735	3.946.485	3.335.106	891.650
Expansão	140.315.056	46.043.041	22.786.426	63.391.810	11.951.696	75.517.040
Recuperação						
Empresas	27.224.389	3.841.577	6.983.394	1.011.823	1.122.596	87.917
MBO	4.987.979	3.254.686	175.000	0	3.486.350	0

Fonte: Gesventure

O 5.º Encontro da Gesventure reservou ainda espaço para debater a situação dos Parques Tecnológicos em Portugal, o valor do capital humano, o sistema de garantia mútua e, ainda, as oportunidades no sector energético. Para falar deste último tema esteve presente Stephan Morais, Chefe do Gabinete do Presidente da Comissão Executiva da EDP. De acordo com este responsável, muitas alterações irão ocorrer num futuro próximo no mercado da energia. A formação de um Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) e a possibilidade de criação de um mercado único europeu da energia perfilam-se como grandes alterações para o futuro. Mas também estão na calha grandes oportunidades. Portugal terá de alcançar a quota de 39 por cento na produção de energia verde até 2010. Neste momento encontra-se nos 34 por cento e Stephan Morais adiantou que será difícil para o País concretizar aquele objectivo. Conforme referiu, no futuro o enfoque no cliente será cada vez mais significativo, até porque, com a abertura das redes a outros operadores, o cliente poderá escolher qual o fornecedor que melhor satisfaz as suas necessidades.

Quanto às inovações neste sector, salientam-se a Oceanergia (energia das ondas e das marés, com projectos-piloto nos Açores e no Porto), o aperfeiçoamento da energia solar e sua comercialização, a energia eólica, as pilhas de combustível e a micro-cogeração. Nesta última inovação, a micro-cogeração, a energia é produzida através de gás natural e micro-turbinas no próprio local de consumo. Caso haja um excedente na produção daquela energia, o cliente pode sempre vendê-la à rede. As primeiras micro-turbinas serão instaladas a 15 de Dezembro e representam um investimento na ordem dos 100 mil euros, mas que promete “um retorno atraente”, afirmou o representante da EDP. Stephan Morais concluiu ainda que o sector energético está longe de ser o mais propício para investimentos em CR. Isto porque, segundo o responsável da EDP, quem investe neste sector deve ter um conhecimento profundo das tecnologias. “E os investidores não conhecem, na sua maioria, as tecnologias. Há uma falta de conhecimento”. Razão que levou Stephan Morais a desaconselhar investimentos nesta área. **pe**